

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 25
(JUL-DEZ)
2016
PP. 2-11.

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ:

FICCIONALIDADES: A CUMPLICIDADE ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

PROF^a. DR^a. GILDA BRANDÃO
Universidade Federal de Alagoas

PROF. DR. RAUER RIBEIRO RODRIGUES
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

PROF. DR. SÉRGIO DA FONSECA AMARAL
Universidade Federal do Espírito Santo

Com grande satisfação, A Revista *Labirinto*, publicação do Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa do Imaginário Social e do Mestrado em História e Estudos Culturais da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) traz ao público mais um número, seguindo a prática da abertura dos espaços para o debate aberto, democrático e respeitando as diversas linhas de pensamento que fazem parte do universo acadêmico. Desta feita, o Dossiê **Ficcionalidades: a cumPLICIDADE entre História e Literatura**, composto por artigos de pesquisadores, professores, mestres, doutores e alunos de pós- graduação, pertencentes ao espectro da História e da Literatura, selecionou os mais representativos trabalhos que visaram

DOSSIÊ:
FICCIONALIDADES: A CUMPLICIDADE ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

discutir as distâncias e as aproximações entre as duas disciplinas. Com o Dossiê acima, a proposta foi trazer de maneira franca, e rigorosa, novas contribuições ao inesgotável debate que permeia ambas formas de conhecimento em suas estreitas, mas particulares, relações com os mundos sociais em seus complexos devires elaboradas por suas narratividades. Além do Dossiê, encontram-se também neste volume Artigos Livres – que tratam de assuntos diversos, podendo também figurar entre eles outros afins à temática do Dossiê – e uma entrevista com Jacques Fux, singular ficcionista brasileiro contemporâneo.

Desse modo, encontram aqui quinze artigos e uma entrevista relacionados ao dossiê, que, somados aos nove artigos livres e uma resenha, contemplam o volume vinte e cinco do décimo sexto ano da Revista Labirinto.

O artigo intitulado “A História, a Literatura, o devir: por uma percepção rizomática do romance histórico”, de Marco Aurélio de Souza, apresenta uma reflexão sobre o romance histórico, procurando desvencilhar, segundo o autor, o didatismo presente em críticas sobre tal romance que veriam na Literatura uma “missão conscientizadora”. Com isso, o autor insere nesse rol de equívocos termos como “metaficção historiográfica” e “novo romance histórico” que não passariam de um modo atualizado daquele didatismo ao atacarem às “historias oficiais” e questionarem a cientificidade da História. Além disso, o texto ainda coloca em xeque a ideia de que a história sempre teria apagado a voz dos vencidos, criticando, assim, as correntes teóricas das “metaficções” por quererem corrigir os erros da historiografia.

No artigo “*A bagaceira*: uma análise contextual da obra na história literária brasileira”, Victor Soares Lustosa analisa o romance de José Américo de Almeida no contexto brasileiro da época em que a obra circulou. Um momento em que o Brasil procurava se modernizar e se colocar no mesmo patamar das metrópoles “civilizatórias”. Para isso, o autor tem como foco a recepção crítica do romance e a trajetória do escritor e homem público José Américo de Almeida.

No artigo de Eldes Ferreira Lima, “Fato, ausência e possibilidade: a metaficção historiográfica de Silviano Santiago e os dias em branco de Graciliano Ramos”, a proposta é a de analisar, sob a ótica da metaficção historiográfica, a obra *Em liberdade*, de Silviano Santiago, que resgata ficcionalmente as memórias não escritas de Graciliano Ramos em *Memórias do cárcere* após ele ter sido libertado da prisão varguista. Valeria uma leitura desse artigo em cotejo com o de Marco Aurélio de Souza pelas diferentes visões sobre a metaficção.

O artigo de Juliana Fillies Testa Muñoz, “Preconceito Racial no romance abolicionista brasileiro e cubano”, ao procurar “analisar a representação literária de personagens negros em romances da literatura abolicionista cubana e brasileira”, coloca em cena as tensões sociais ocorridas nessas sociedades escravagistas em decorrência do abolicionismo, do consequente fortalecimento do racismo e do processo de branqueamento que se torna premente para as elites político-econômicas e propalado pela grande maioria dos intelectuais da época. Desse modo, a autora monta um painel analítico com diversos escritores de Cuba e do Brasil do séc. XIX, tais como: Juan Francisco Manzano, Anselmo Suárez y Romero, Félix

Tanco y Bosmoniel, Gertrudis Gómez de Avellaneda, Cirilo Villaverde, Bernardo Guimarães e Aluísio Azevedo.

O artigo de Fernando Fiúza Moreira mostra o quanto há de duvidoso na historiografia brasileira sobre a figura de Domingos Fernandes Calabar, herói *problemático*, nas palavras do autor. Problemático, porém, não como categoria luckasiana, mas no sentido de que a personalidade de Calabar sempre constituiu um núcleo duro para os historiadores. Garroteado e esquartejado por ter supostamente traído os portugueses, contrabandista, herói e bandido, esse mulato natural de Porto Calvo (Alagoas), é o assunto de *Calabar* – um poema dramático, escrito, em 1985, por Lêdo Ivo (1924-2012). Respondendo à pergunta contida no título de seu artigo, Fernando Fiúza Moreira começa lembrando que a ideia de *traição* está lá nos gregos – em Páris, em Prometeu e no mito de Édipo –, para, logo em seguida, chegar ao cerne da questão: o que atrai no traidor não é tão somente a vilania, mas o fato de que todo ato de traição comporta, de *per se*, uma virtude. Esses dois pendores, incompatíveis dentro de um mesmo indivíduo, esses dois predicativos excludentes constituem a hipótese central do artigo. Assim, ao analisar as falas das cinco personagens (“O alagoano”, “O turista”, “O Escrevente”, “Uma voz” e “A viúva de Calabar”), o autor ressalta, a cada momento, o estatuto ambíguo do poema em estudo, em consonância com as diversas interpretações historiográficas.

A habilidade criativa de uma das mais consistentes figuras da narrativa brasileira contemporânea, é tratada no artigo “A ficcionalização da História no romance *As Horas Nuas*, de Lygia Fagundes Telles”. Os autores João Pedro Rodrigues Santos e Regina

Kohlrausch acompanham de perto as dúvidas e temores de Rosa Ambrósio diante da velhice, e as reflexões do gato Rahul, outro narrador memorável do livro. O romance é ficção, mas tem alguma fidelidade com a realidade, afirmam os autores, com o apoio de Paul Ricoeur. No caso, aqui, a cumplicidade entre literatura e história efetiva-se no impacto psicológico causado por dois momentos sombrios: a Segunda Guerra Mundial (1939-1943) e a Ditadura Militar (1964).

A fim de situar a importância literária daquele que foi um dos mais prolíficos escritores brasileiros, Henrique Maximiano Coelho Neto, Márcia Rodrigues, em seu artigo intitulado “Memórias de um fuzilado na Revolta da Armada”, oferece inicialmente um panorama do ambiente político atribulado, reinante nos primeiros anos após a Proclamação da República. Ao mesmo tempo, a autora descreve o papel de Coelho Neto na ficção e no jornalismo, chamando a atenção para suas aspirações pessoais e intelectuais, conforme depoimento do escritor dado ao jornalista, romancista e cronista João do Rio (*Momento literário- 1904*); atenta, inclusive, ainda que brevemente, para seu ostracismo, ocorrido, como se sabe, durante o período modernista. A partir daí, a autora centra sua atenção no romance *O morto* – memórias de um fuzilado, publicado em 1898, um ano após a fundação da Academia Brasileira de Letras (1897), da qual Coelho Neto foi um dos membros. Ao discorrer sobre a fábula, Márcia Rodrigues mostra como Coelho Neto reconstrói, em formato de romance, a Revolta da Armada (1893) e todo o período florianista, com sua rotina de humilhações, perseguições e medo – rotina personificada na figura de Josefino Soares, o narrador-personagem. Para a autora, Coelho Neto explora bem os limites entre realidade e ficção, ou

seja, refaz realidades que, sem dúvida, conheceu, a ponto de, para muitos, tornar Josefino uma mescla de escritores e jornalistas de então.

Autor representativo, nome inescapável do nosso Romantismo, José Martiniano de Alencar é abordado, aqui, em dois artigos que o enfrentam de diferentes maneiras: “José de Alencar, um romântico contra a pena de morte?”, de Adalmir Leonídio e Kátia Mendes Garmes; e “Arqueologia ficcional de *As Minas de Prata*: Um romance de capa e espada”, de Geisa Mueller. No primeiro artigo, os autores pretendem desvendar qual o motivo de José de Alencar não ter demonstrado interesse em se pronunciar contra as penas de suplício, em particular, contra a pena de morte. Paralelamente, procuram saber em que medida o Romantismo (europeu) “endossou um ponto de vista e uma luta coerente contra a pena de morte”. Com esses questionamentos, enveredam, diligentemente, pelo legado deixado pela Revolução Francesa (1789-1792) e sua ideologia de progresso, e, no bojo dela, a contra-ideologia do progresso. Identificando, no período revolucionário francês, três “tipos de direita’, os autores consideram que a grande inovação do Romantismo teria sido a politização da arte, núcleo fundamental da esfera pública (política) burguesa. Citando Habermas e Hauser, discutindo as diferenças entre o romantismo francês e o alemão bem como a origem social dos românticos franceses (Victor Hugo, e Alphonse de Lamartine), detêm-se em Victor Hugo e sua posição humanitária contra a pena de morte. Após mencionarem duas penas capitais, de grande repercussão, aplicadas no Brasil, e os processos judiciais que se seguiram, os autores enfocam o problema da escravidão e discutem, amplamente, a posição ambivalente de José de Alencar: crítico ferrenho do sistema prisional e do abuso de autoridade

da polícia, Alencar, no entanto, nunca defendeu, em seus escritos, o fim da pena de morte. Além disso, o maior legado do escritor teria sido seus pareceres como Consultor dos Negócios da Justiça, dos quais seis, referentes á comutação da pena de morte, são detalhadamente explicitados pelos autores.

O segundo artigo sobre José de Alencar traz uma discussão a respeito do repertório mítico-histórico do autor de *As Minas de prata* (1862-1865) cujo viés histórico-documental, é ressaltado, a cada momento, pela autora. Geisa Müller inicia seu artigo lembrando a atração do estrangeiro pelo chamado “Novo-Mundo”, tal como descrito por Sérgio Buarque de Holanda. Ressalta as lendas propagadas por viajantes e cientistas estrangeiros sobre a existência de minas de prata na Bahia e sobre vestígios arqueológicos (Von Martius), tudo creditado, segundo a autora, e difundido largamente pela IGHB. Fica claro, então, que o universo mitopoético de Alencar teria, como ponto de referência e de inspiração, cartas, relatórios e escritos dessa ordem. Dado que os românticos “[puseram] o passado no futuro e o futuro no passado, tal como fazem os aimorés”, José de Alencar, nas pegadas do romance histórico de capa e espada, utiliza o mito da cidade perdida na Bahia, apontando, assim, para o imaginário medieval. É aqui que, reconhecendo a solidez e a acuidade crítica de Flora Süssekind, a autora revê o conceito de “paisagem-só-natureza” elaborado pela autora de *O Brasil não é longe daqui* (1990). Mas é na terceira parte do romance que se mesclam elementos do imaginário do Novo-Mundo, lendas do tesouro perdido e recursos próprios do romance de capa e espada (duelos, perseguições, batalhas navais), formando, assim, uma

“composição da paisagem atemporalizada”. No fundo, Alencar desejava recriar um passado que nos pertencia.

Em “Verdade e ficção na escrita biográfica (1920-1928)”, Ana Carolina de Azevedo Guedes retoma os postulados de estudiosos e teóricos do gênero biográfico: François Dosse (*O desafio biográfico*), Serge Doubrovski (*Fils*), Sabrina Loriga (*O pequeno X: da biografia à história*) e Paul Ricoeur. Partindo de diferentes prismas, esses especialistas consideram, acertadamente, a biografia como um gênero híbrido, ou seja, como uma narrativa que amalgama verdade e imaginação. Tal premissa, enfatizada por Sabrina Loriga, é plenamente aceita pela autora. Sobre a presença da narratividade na biografia, Ana Carolina de Azevedo Guedes se surpreende, sobremaneira, com o modo como Lytton Strachey, intrometendo-se no que narra, escreve, em 1918, *Eminent Victorians*, no qual “anuncia seu manifesto pela biografia moderna”. Mais adiante, a autora faz um apanhado dos ensaios “A arte da biografia” e “La nueva biografía”, de Virgínia Woolf, debruçando-se na “camada do eu”, categoria woolfiana por excelência (da qual *Orlando* seria um paradigma), que a autora define como “pessoas dentro de pessoas”. Finalizando, a autora retoma preceitos fundamentais dos estudiosos anteriormente mencionados, acrescidos de outros livros de Woolf e de posicionamentos extraídos de teóricos da estética da recepção (Iser).

Por seu lado, Charlott Eloíze Leviski analisa a obra de Joseph Corand, *Coração das trevas*, em “Narrativa imagética e construção visual do colonialismo” tendo por eixo teórico norteador a concepção de que a literatura formada por cartas de viagens é, por excelência, um

gênero híbrido. Desse modo, vê na obra de Conrad uma narrativa presa aos estereótipos do colonizador mas que denuncia o horror da colonização.

Em “O limiar entre história e literatura: uma prosa preambular”, Darlene Silva Santos Santana e Avanete Pereira Silva discutem os tênues limites entre as disciplinas a partir dos teóricos Hayden White e Sandra Pesavento. Elas concluem que a história não pode abrir mão da literatura se pretende entender os processos históricos e o tempo presente.

Tendo por objeto a circulação de romances portugueses no periódico *Diário de Belém*, Lueny Amanda Oliveira França e Juliana Maia de Queiroz tratam das relações entre história e literatura no oitocentos na capital do Pará, Belém. O estudo se volta para os anúncios publicitários, no recorte indicado, observando haver predominância de autores franceses. Entre os autores portugueses, predomina anúncios sobre obras de Camilo Castello Branco, mas há notável dispersão de autores anunciados. Percebe-se também que o gênero romance deteve a preferência publicitária naquele período.

Valendo-se de pressupostos teóricos de Mircea Eliade, Bakthin e Chevalier, Dafne di Sevo Rosa, em “Dafne e Europa: a perpetuação da submissão da mulher na sociedade”, analisa símbolos reiterados culturalmente de Ovídio, autor de *Metamorfoses* na Roma Imperial, ao pintor renascentista Ticiano e ao escultor barroco Bernini. A releitura dos mitos originais ressalta, segundo o artigo, a manutenção ideológica de pressupostos sociais do patriarcalismo.

Já Cristiane Maria Paiva de Melo e Elaine Cristina Prado dos Santos analisam o mito da nacionalidade portuguesa em *Eurico, o presbítero*, romance histórico de Alexandre

DOSSIÊ:
FICCIONALIDADES: A CUMPLICIDADE ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

Herculano, interpretado diante de obras historiográficas do próprio Herculano e condicionado pelo primeiro romantismo, voltado para o resgate histórico de um ponto de vista que negava a exaltação senhorial do classicismo que lhe antecederam.

Fechando o Dossiê, em “Matemática, autoficção e ficcionalização da história”, Vitor Cei Santos entrevista Jacques Fux, poeta com várias faces, premiado na academia e na literatura, sobre — entre outras questões — processo criativo e recepção de sua obra. Ao longo da entrevista, como se uma peça ficcional, o poeta, que tem formação em Letras, em Computação e em Matemática, embaralha ficção e história.

É preciso assinalar aqui, ao encerrarmos como organizadores esta Apresentação do Dossiê, o inestimável trabalho, paciente, cuidadoso e persistente, do editor Mauro de Alcântara. Foi dele a proposta do Dossiê, assim como o planejamento e a organização do volume. Obrigado, Mauro!

Passemos, então, à leitura dos artigos, que mostram facetas instigantes da eterna, contraditória, complementar e inescapável intersecção entre história e literatura.

Porto Velho, 28 de março de 2017
